



BATERIA NEURODIV PARA ADULTOS: INTRODUÇÃO ÀS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NA PSICOLOGIA JURÍDICA

George Souza Barbosa

Sociedade Brasileira de Resiliência
faleconosco@sobrare.com.br

RESUMO

Este estudo teórico-metodológico apresenta a concepção, estruturação e as possibilidades de aplicação forense da Bateria Online NeuroDiv para Adultos, um conjunto integrado de instrumentos voltado à triagem e ao mapeamento de indicadores de neurodiversidade, perfis cognitivos, fatores de resiliência e padrões de funcionamento produtivo. A Bateria é estruturada em módulos independentes, incluindo o Mapa de Autorregulação e Atenção, o Inventário de Funções Executivas e o Módulo de Trajetórias de Resiliência. A partir de bases da psicologia clínica, psicometria contemporânea e das diretrizes da psicologia jurídica, o artigo discute como a Bateria oferece subsídios éticos, sistemáticos e tecnicamente orientados para contextos periciais, interventivos e decisórios. O estudo articula a tensão entre a objetividade esperada pelo sistema jurídico e a subjetividade inerente à avaliação psicológica, reconhecendo que a Bateria atua como um recurso, e não como substituto do encontro clínico e da análise contextualizada. Enfatiza-se o compromisso metodológico com a articulação de métodos quantitativos e qualitativos para uma compreensão ampliada das diferenças humanas e suporte a práticas mais éticas e cientificamente embasadas.

Palavras-chave: neurodiversidade; psicologia forense; subjetividade; psicoterapia; resiliência.

ABSTRACT

This theoretical-methodological study introduces the conceptual framework, structure, and forensic applicability of the NeuroDiv Online Battery for Adults, an integrated set of instruments designed for screening and mapping indicators of neurodiversity, cognitive profiles, resilience factors, and productivity patterns. The Battery's structure comprises independent and complementary modules, such as the Emotional Self-Regulation and Attention Map, the Executive Function Inventory, and the Resilience Trajectories Module. Integrating contemporary clinical psychology, psychometric assessment, and forensic psychology guidelines, the study discusses how NeuroDiv provides ethical, systematic, and technically informed data for judicial, interventional, and decision-making contexts. A central discussion point is the articulation between methodological approaches, stressing the necessary combination of quantitative and qualitative methods to analyze human complexity. The Battery's aim is to support practitioners in forensic settings—including expert evaluations and family court assessments—by structuring complex information, while strictly observing ethical guidelines. It stands as a valuable resource, not a diagnostic substitute, promoting more responsible and scientifically grounded practices.

Keywords: neurodiversity; forensic psychology; subjectivity; psychotherapy; resilience.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia jurídica e forense ocupa, historicamente, um espaço de intermediação entre saberes clínicos, processos decisórios e sistemas institucionais que demandam análises técnicas sobre comportamentos, capacidades, vínculos, emoções e contextos. Nesse território, o psicólogo é frequentemente convocado a produzir análises que articulem rigor científico, clareza metodológica e responsabilidade ética, sem perder de vista a singularidade subjetiva das pessoas avaliadas.

A emergência contemporânea da neurodiversidade como campo de estudo e prática amplia esse cenário. O conceito refere-se às diferentes formas pelas quais os cérebros humanos funcionam, processam informações, organizam emoções, aprendem e se engajam no mundo. Estão incluídos, entre outros: TDAH, TEA nível 1, dislexia, dispraxia, transtornos de aprendizagem, hipersensibilidades sensoriais, modos específicos de atenção, criatividade divergente e padrões atípicos de regulação emocional. Tais fatores têm repercussões importantes na vida cotidiana, nas relações familiares, nas interações sociais e, muitas vezes, nas dinâmicas jurídicas — como conflitos conjugais, avaliação de capacidades parentais, aderência a tratamentos, responsabilidade, imputabilidade e compreensão de atos.

Ao mesmo tempo, contextos jurídicos operam sob expectativas de objetividade e imparcialidade, muitas vezes incompatíveis com a complexidade da subjetividade humana. Como argumenta Weiss (2021), a avaliação forense é inevitavelmente atravessada por perspectivas, valores e condições relacionais que moldam tanto a percepção do avaliador quanto a expressão do avaliado. Abdalla-Filho et al. (2013) reforçam que a perícia psiquiátrica e psicológica, embora técnica, jamais é completamente neutra.

Nesse cenário, a criação da Bateria Online NeuroDiv para Adultos busca oferecer uma tecnologia avaliativa robusta, sistemática e sensível às múltiplas formas de funcionamento humano, sem perder de vista a ética, o contexto e a dimensão subjetiva. Este artigo apresenta os fundamentos, método, estrutura, potenciais e limites da Bateria, discutindo explicitamente sua aplicação em contextos jurídico-forenses, clínicos e psicoterapêuticos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 NEURODIVERSIDADE, PERFIS E TRAJETÓRIAS

A neurodiversidade desloca o olhar da lógica patologizante para a compreensão ampliada das diferenças cognitivas, emocionais e sensoriais. Entender tais diferenças é fundamental para lidar com conflitos judiciais que envolvem: dificuldades de comunicação; padrões atípicos de expressão emocional; hiperfoco ou dispersão; impulsividade ou lentidão processual; particularidades sensoriais; problemas de autorregulação; desafios de convivência e parentalidade. A avaliação forense e terapêutica, portanto, precisa ser sensível a tais variáveis para evitar reducionismos e interpretações distorcidas.

2.2 A SUBJETIVIDADE NA PSICOLOGIA JUDICIÁRIA E NA AVALIAÇÃO FORENSE

A literatura aponta que, mesmo com instrumentos padronizados, a avaliação forense é marcada por subjetividade. Weiss (2021) descreve como o avaliador, ao interpretar dados e comportamentos, utiliza referenciais internos que nunca são inteiramente objetivos. Abdalla-Filho et al. (2013) analisam a tensão entre objetividade desejada pelo sistema jurídico e a subjetividade inerente às avaliações clínicas. Assim, qualquer instrumento forense precisa ser entendido como um recurso, não como substituto do encontro clínico e da análise contextualizada.

2.3 SUBJETIVIDADE E PSICOTERAPIA: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA FORENSE

A psicoterapia trabalha essencialmente com processos subjetivos. Pesquisas contemporâneas mostram que a aliança terapêutica é preditor significativo de evolução clínica (Dzierżanowska-Peszko & Artymiak, 2024), mesmo em ambientes forenses, caracterizados por coerção, ambivalência e múltiplas demandas institucionais. A literatura internacional demonstra que: pacientes forenses podem estabelecer alianças terapêuticas tão sólidas quanto pacientes da psiquiatria geral (Williams et al., 2018) ; a psicoterapia forense desempenha papel crucial no manejo de riscos, na compreensão da personalidade e na prevenção de reincidências (McGauley & Humphrey, 2018) ; intervenções psicológicas em ambientes de privação

de liberdade são eficazes, embora ainda subestudadas (MacInnes & Masino, 2019) ; fatores traumáticos e neurodivergentes podem interferir em processos de responsabilização e adesão terapêutica (Kerig et al., 2024). Como implicação, instrumentos avaliativos aplicados em psicologia judiciária precisam reconhecer que dados “objetivos” são apenas parte da equação — e que a subjetividade, longe de ser ruído, é conteúdo.

2.4 LITERATURA BRASILEIRA NA INTERFACE CLÍNICA-JURÍDICA

No Brasil, Maciel, Mendes & Barbosa (2021) analisam as tensões entre práticas clínicas (psicoterapia individual e familiar) e demandas judiciais, especialmente no tema da alienação parental. Oliveira (2016) explora as diferenças entre psicologia jurídica, forense e judiciária, destacando a imposição de imparcialidade e as funções do psicólogo frente ao Judiciário. Esses trabalhos mostram que intervenções clínicas e avaliações técnicas são atravessadas por demandas sociais, éticas e afetivas, o que reforça a necessidade de instrumentos como a Bateria NeuroDiv: sensíveis, qualificados e capazes de estruturar informações complexas.

3 A BATERIA ONLINE NEURODIV PARA ADULTOS

3.1 CONCEPÇÃO E FINALIDADE

A Bateria NeuroDiv foi concebida para: mapear indicadores de neurodiversidade; identificar padrões de autorregulação emocional; avaliar elementos de resiliência; analisar perfis de produtividade e desempenho; e oferecer subsídios para decisões clínicas, interventivas e jurídicas. Não se trata de instrumento diagnóstico, mas de triagem orientada, que permite direcionamento, encaminhamento e compreensão global do funcionamento do adulto avaliado.

3.2 ESTRUTURA DOS INSTRUMENTOS

A Bateria integra módulos independentes e complementares:

- Mapa de Autorregulação e Atenção
- Escala de Sensibilidade Sensorial

- Inventário de Funções Executivas
- Perfil Produtivo e Estilos de Trabalho
- História Emocional e Trajetórias de Resiliência
- Mapa de Neurodiversidade Percebida (autoavaliação)

Cada módulo opera com: itens de resposta contínua; escalas tipo Likert; descritores comportamentais advindos do DSM V; indicadores funcionais; e padrões de consistência interna.

3.3 VALIDADE, CONFIABILIDADE E LIMITES ÉTICOS

A Bateria segue princípios psicométricos básicos: consistência interna; análise fatorial exploratória; correlação entre módulos e estabilidade de interpretação.

Limites éticos:

- não substitui psicoterapia;
- não substitui perícia;
- não determina diagnósticos;
- exige análise contextualizada;
- deve ser aplicada somente por profissional especializado da área da saúde.

4 APLICAÇÕES NA PSICOLOGIA JURÍDICA FORENSE

A seguir, apresentam-se aplicações possíveis e recomendadas.

4.1 PERÍCIAS PSICOLÓGICAS

A Bateria pode auxiliar o perito a: identificar padrões de funcionamento que interferem em comportamentos analisados; compreender dificuldades de comunicação entre partes; analisar coerência interna entre relatos e perfis neurodivergentes; e reconhecer fatores que impactam impulsividade, controle inibitório, planejamento e risco.

4.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PSICOLÓGICA

O instrumento permite que o assistente técnico no âmbito da Saúde mental: contextualize o comportamento do seu assistido; demonstre coerência entre perfis e dinâmicas relacionais; sustente fundamentos técnicos sem medicalização excessiva; e amplie a humanização da narrativa jurídica.

4.3 VARAS DE FAMÍLIA E CONFLITOS PARENTAIS

A Bateria é útil para: compreender dificuldades reais de comunicação; analisar padrões de desregulação emocional entre cuidadores; avaliar sensibilidades sensoriais e sua repercussão nos cuidados com crianças; e evitar interpretações equivocadas (ex.: confundir hiperfoco com negligência).

4.4 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E CONTEXTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO

A Bateria permite: mapear vulnerabilidades neurodivergentes; compreender impactos de trauma e histórico familiar; avaliar capacidade de entendimento de regras e procedimentos; e embasar intervenções psicoterapêuticas personalizadas.

5 PSICOTERAPIA E NEURODIVERSIDADE NA INTERFACE JURÍDICA

Um ponto central deste artigo é articular avaliação, psicoterapia e Judiciário. A literatura demonstra que: psicoterapia forense é possível e eficaz (McGauley & Humphrey, 2018); aliança terapêutica é viável mesmo em contextos coercitivos (Williams, 2018); e intervenções bem estruturadas reduzem risco e aumentam responsabilização (Kerig, 2024).

Para pessoas neurodivergentes envolvidas em demandas jurídicas, isso significa que intervenções precisam considerar: hipersensibilidades; dificuldades de leitura emocional; traços atencionais; particularidades de comunicação; impactos de traumas prévios; e necessidades de estrutura e previsibilidade.

A Bateria NeuroDiv permite que o psicoterapeuta: identifique pontos de intervenção; personalize abordagens; compreenda padrões de reagir, sentir e agir; e articule relatório para o Judiciário de forma ética e contextualizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta a Bateria Online NeuroDiv para Adultos como instrumento inovador e sensível à complexidade humana, capaz de subsidiar decisões clínicas, jurídicas e interventivas. Sua aplicação, especialmente no campo da psicologia judiciária e da psicoterapia forense, requer compreensão profunda dos limites éticos, da subjetividade envolvida e da necessidade de articulação entre métodos qualitativos e quantitativos. Como enfatizam Weiss (2021) e Abdalla-Filho et al. (2013), a avaliação psicológica forense jamais será plenamente objetiva — e justamente por isso, quanto mais bem estruturada e metodologicamente consistente, maior sua capacidade de oferecer clareza e responsabilidade. A Bateria NeuroDiv, nesse contexto, não substitui a avaliação clínica nem a psicoterapia; mas oferece um recurso valioso para ampliar a compreensão das diferenças humanas e apoiar práticas mais éticas, humanas e cientificamente embasadas.

REFERÊNCIAS

- Abdalla-Filho, E., De Souza, P. A., Tramontina, J. F., Taborda, J. G., et al. (2013). Objectivity and subjectivity in forensic psychiatry. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 35(2), 177–180. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2012-1034>
- Dzierżanowska-Peszko, J., & Artymiak, M. (2014). Subjectivity in a therapeutic process as a predictor of psychotherapeutic success. *The Person and the Challenges*, 4(2), 5–18. Recuperado de: <https://doi.org/10.15633/pch.52>
- Kerig, P. K., Ford, J., Alexander, A., & Fincham, F. (2024). Interventions for trauma-affected youth in the juvenile justice system. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 17, 199-220. Recuperado de: <https://doi.org/10.1007/s12207-024-09497-5>
- Maciel, S. A. B., Mendes, J. A. A., & Barbosa, L. P. G. (2021). Visão sistêmica sobre os pressupostos de alienação parental na prática clínica individual e familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(69), 61–78. Recuperado de: <https://doi.org/10.38034/nps.v30i69.611>
- MacInnes, D., & Masino, S. (2019). Psychological and psychosocial interventions offered to forensic mental health inpatients: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 49, 101–110. Recuperado de: <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-024351>
- McGauley, G., & Humphrey, M. (2003). The contribution of forensic psychotherapy to the care of forensic patients. *Advances in Psychiatric Treatment*, 9(2), 117–124. Recueprado de: <https://doi.org/10.1192/apt.9.2.117>

- Oliveira, E. A. de. (2016). Psicologia jurídica, forense e judiciária [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. Recuperado de: <https://repositorio.usp.br/item/002773064>
- Weiss, K. J. (2021). The subject of objectivity – subjectively considered. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 49(4), 457–464. Recuperado de: <https://doi.org/10.29158/JAAPL.210085-21>
- Williams, C., Brown, A., Gonzalez, R., & Parker, S. (2018). The therapeutic relationship in forensic and general psychiatric settings. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 29(6), 943–961. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/14789949.2018.1508486>